



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 067/12

Altera o art. 177; o § 1º do art. 178; o art. 208; o *caput* e o § 1º do art. 209 da Lei Estadual nº 14.277/2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias e o art. 180 e o § 1º do art. 181 da Lei 16.024/2008.

Art. 1º Ficam alterados o art. 177; o § 1º do art. 178; o art. 208; o *caput* e o § 1º do art. 209, todos da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 177.** Prescreverá o direito de punir:

- I – em 03 (três) anos, para as infrações sujeitas às penalidades de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão;
- II – em 05 (cinco) anos, para as infrações sujeitas à pena de demissão e de cassação de aposentadoria”.

***Art. 178.** ...

§ 1º Interrompe-se a contagem do prazo de prescrição com:

- I – a abertura da sindicância;
- II – a instauração do processo administrativo;
- III – a decisão de mérito proferida em sindicância ou no processo administrativo;
- IV – o acórdão proferido no julgamento do recurso interposto em face da decisão a que se refere o inciso III deste parágrafo”.

***Art. 208.** Prescreverá o direito de punir:

- I - em 03 (três) anos, para as infrações sujeitas às penalidades de repreensão, multa e suspensão;
- II - em 05 (cinco) anos, para as infrações sujeitas à pena de perda de delegação”.

***Art. 209.** O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato tornou-se conhecido pela autoridade competente para aplicar a penalidade.

§ 1º Interrompe-se a contagem do prazo de prescrição com:

- I – a abertura da sindicância;
- II – a instauração do processo administrativo;
- III – a decisão de mérito proferida em sindicância ou no processo administrativo;
- IV – o acórdão proferido no julgamento do recurso interposto em face da decisão a que se refere o inciso III deste parágrafo”.

Art. 2º Ficam alterados o art. 180 e o § 1º do art. 181 da Lei Estadual nº 16.024/2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 180. Prescreverá o direito de punir:

- I – em 03 (três) anos, para as infrações sujeitas às penalidades de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão;
- II - em 05 (cinco) anos, para as infrações sujeitas à pena de demissão e de cassação de aposentadoria”.


“Art. 181. ...


§ 1º Interrompe-se a contagem do prazo de prescrição com:


- I – a abertura da sindicância;
- II – a instauração do processo administrativo;
- III – a decisão de mérito proferida em sindicância ou no processo administrativo;
- IV – o acórdão proferido no julgamento do recurso interposto em face da decisão a que se refere o inciso III deste parágrafo.”

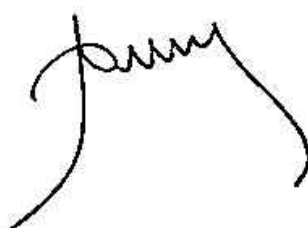
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2012.


ALEXANDRE CURT
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 148/12



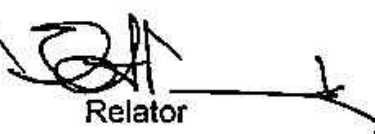

Altera a Lei nº 12.919/2000, que declarou de utilidade pública a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância – UNAPMI, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 12.919, de 29 de agosto de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância e Famílias e Entidades Sociais Afins – UNAPMIF, com sede e foro no Município de Curitiba."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 161/12

Cria cargos de provimento efetivo na estrutura funcional da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 1º Ficam criados na estrutura funcional da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça 30 (trinta) cargos de Analista de Sistemas, que passam a integrar o Grupo Ocupacional Superior de Apoio Especializado (SAE) constante na Tabela 2 do Anexo I da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 2º Ficam criados na estrutura funcional da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça 03 (três) cargos de Designer Gráfico, que passam a integrar o Grupo Ocupacional Superior de Apoio Especializado (SAE) constante na Tabela 2 do Anexo I e na Tabela 2 do Anexo II da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 3º Ficam criados na estrutura funcional da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça 50 (cinquenta) cargos de Técnico em Computação, que passam a integrar o Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD) constante na Tabela 3 do Anexo I da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 4º Ficam alteradas as Tabelas 2 e 3 do Anexo I e a Tabela 2 do Anexo II da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, na forma disposta no Anexo I desta Lei.

Art. 5º O Anexo X da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescido do art. 17-A, com a seguinte redação:

***Art. 17-A.** Ao Designer Gráfico incumbe:

- I – confeccionar *home pages* e atualizar páginas da *web*;
- II – criar e produzir soluções visuais de comunicação, como logotipos e marcas, estabelecendo parâmetros para a utilização correta da identidade visual;
- III – participar, como diagramados ou arte finalista de *banners*, *folders*, *certazes*, relatórios e impressos em geral;
- IV – atuar como produtor gráfico, acompanhando acabamentos de impressão e realizando orçamentos em gráficas;
- V – atuar como ilustrador, produzindo desenhos e infográficos;
- VI – digitalizar e tratar imagens para o ambiente digital e impresso;
- VII – desenvolver apresentações multimídia;
- VIII – organizar os arquivos digitais;
- IX – providenciar os *backups* periódicos dos ambientes de desenvolvimento e publicação; e
- X – executar outras tarefas de natureza e nível de complexidade associadas ao cargo.*

Art. 6º Fica republicada a Tabela 1 do Anexo 1 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, para corrigir erro material, fazendo constar, na situação proposta, o número de 148 cargos de Assessor Jurídico.

Art. 7º Os cargos de Administrador, Contador e Economista criados pela Lei nº 16.742, de 29 de dezembro de 2010, passam a integrar a Tabela 2 do Anexo I da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 8º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

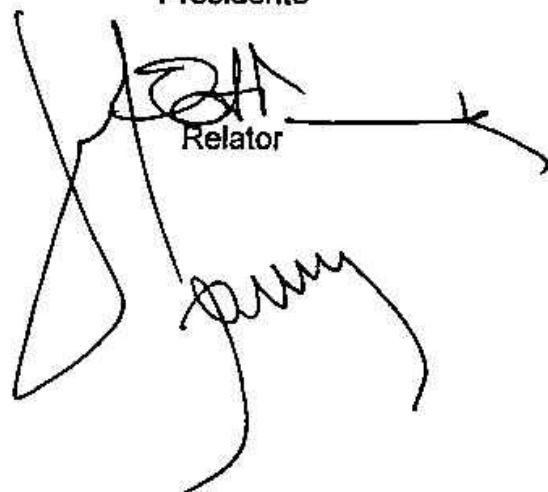
Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 2

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 21 ABR. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

183/12

EMENTA: Concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Divaldo Franco.

Art. 1.º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Divaldo Franco.

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente solicitamos dispensa da documentação exigida pela Lei 13.115 de 14 de Fevereiro de 2001, haja vista tratar-se de figura pública internacionalmente reconhecida e detentor de uma imensa gama de títulos, comendas e honrarias conforme segue.

Divaldo Franco recebeu homenagens em diversos países e cidades da América do Norte, Central, do Sul, Europa e África:

- 20 Comendas
- 334 Placas de prata, douradas e bronze
- 54 Medalhas
- 49 Troféus
- 43 Moções de Congratulações
- 187 Diplomas e Certificados
- 12 Títulos Honoríficos significativos.

Dentre todas essas maravilhosas homenagens, destacam-se:

- 1991 - Título Honoris Causa em Humanidades, pelo Colégio Internacional de Ciências Espirituais e Psíquicas, em Montreal, Canadá em 23.05.1991.
- 1997 - Decreto de Ordem do Mérito Militar, 31.03.1997, pelo Presidente da República do Brasil.



- 2001 - Medalha Chico Xavier, do Governo do Estado de Minas Gerais.
- 2002 - Título de Doutor Honoris Causa em Humanidades, pela Universidade Federal da Bahia.
- 2002 - Homenagem da Universidade Estadual de Feira de Santana.
- 2005 - Título de Embaixador da Paz no Mundo, junto com o amigo Nilson de Souza Pereira.

O título foi recebido em Genebra, na Suíça, em 30 de dezembro de 2005, pela Ambassade Universalle Pour la Paix.

Em junho de 2008, em Paigton, no Sudoeste da Inglaterra, recebeu do monge tibetano Kelsang Pawo, da Fundação Kelsang Pawo, que se dedica a proteção de crianças em perigo em todo o mundo, o título de *Embaixador da Bondade no mundo*.

BIOGRAFIA

Divaldo é um verdadeiro apóstolo do Espiritismo. Dos seus oitenta e quatro anos, sessenta e quatro foram devotados à causa Espírita e às crianças excluídas, das periferias de sua Salvador. Nasceu em 5 de maio de 1927, na cidade de Feira de Santana, Bahia e, desde a infância, se comunica com os Espíritos. Coursou a Escola Normal Rural de Feira de Santana, recebendo o diploma de professor primário, em 1943. Trabalhou como escriturário no antigo IPASE, em Salvador, aposentando-se em 1980.

É reconhecido como um dos maiores médiuns e oradores Espíritas da atualidade e o maior divulgador da Doutrina Espírita por todo o Mundo.

Seu currículo revela um exímio e devotado educador com mais de seiscentos filhos adotivos e mais de duzentos netos e bisnetos, atendendo atualmente a cerca de três mil crianças, adolescentes e jovens de famílias de baixa renda, por dia, em regime de semi-internato e externato.

Orador com mais de treze mil conferências, em mais de duas mil cidades em todo o Brasil e em sessenta e cinco países dos cinco continentes, tendo concedido mil e quinhentas entrevistas para rádio e TV, no Brasil e no Exterior.

Em 2010 esteve em algumas cidades, por primeira vez, como Dublin, capital da Irlanda; Elche Sur-Azette, em Luxemburgo; Schwarzach, na Alemanha e Villach, na Áustria.

Em meados de 2010, esteve na Rússia, por primeira vez, fazendo contatos com amigos e tentando encaminhar a criação de um núcleo espírita.

Recebeu mais de seiscentas homenagens, de instituições culturais, sociais, religiosas, políticas e governamentais.

Como médium, publicou duzentos e cinquenta e cinco livros, com mais de oito milhões de exemplares, onde se apresentam duzentos e onze Autores Espirituais, muitos deles ocupando lugar de destaque na literatura, no pensamento e na religiosidade universais. Dessas obras, houve versões para dezessete idiomas (alemão, albanês, catalão, dinamarquês, espanhol, esperanto, francês, holandês, húngaro, inglês, italiano,



norueguês, polonês, tcheco, turco, russo, sueco e sistema Braille). Existem, ainda, dezessete livros escritos por outros autores, sobre sua vida e sua obra. A renda proveniente da venda dessas obras, bem como os direitos autorais foram doados, em cartório, à Mansão do Caminho e outras entidades filantrópicas.

Espírita convicto, fundou o Centro Espírita Caminho da Redenção em 7 de setembro de 1947.

Dois anos depois, iniciou a sua tarefa de psicografia. Diversas mensagens foram escritas por seu intermédio. Sob a orientação dos Benfeitores Espirituais guardou o que escreveu, até que um dia recebeu a recomendação para queimar tudo o que escrevera até ali, pois não passava de simples exercício. Com a continuação, vieram novas mensagens assinadas por diversos Espíritos, dentre eles: *Joanna de Angelis*, que durante muito tempo apresentava-se como *Um Espírito Amigo*, ocultando-se no anonimato à espera do instante oportuno para se identificar. *Joanna* revelou-se como sua orientadora espiritual, escrevendo inúmeras mensagens, num estilo agradável repassado de profunda sabedoria e infinito amor, que conforta as pessoas necessitadas dando diretriz espiritual.

Em 1964, Divaldo, sob orientação de *Joanna de Angelis*, selecionou várias mensagens de autoria da mentora e enfeixou-as no livro *Messe de Amor*, que se tornou o primeiro livro psicografado por Divaldo.

MANSÃO DO CAMINHO

Divaldo Perelra Franco é emérito educador. Fundou em 1952, na cidade de Salvador, Bahia, com Nilson de Souza Pereira, a *Mansão do Caminho*, instituição que acolheu e educou crianças sob o regime de Lares Substitutos.

Em vinte Casas Lares, educou mais de seiscentos filhos, hoje emancipados, a maioria com família constituída.

Na década de sessenta, iniciou a construção de escolas, oficinas profissionalizantes e atendimento médico.

Hoje, a *Mansão do Caminho* é um admirável complexo educacional com 83.000 m² e cinquenta e duas edificações que atende a três mil crianças e jovens de famílias de baixa renda, na Rua Jaime Vielra Lima, n° 1, Pau da Lima, um dos bairros periféricos mais carentes de Salvador. O complexo atende a diversas atividades socioeducacionais como: enxovais, Pré-Natal, Creche, escolas de ensino fundamental e médio, Informática, Cerâmica, Panificação, Bordado, Reciclagem de Papel, Centro Médico, Laboratório de Análises Clínicas, Atendimento Fraternal, Caravana Auto de Souza, Casa da Cordialidade e Bibliotecas.

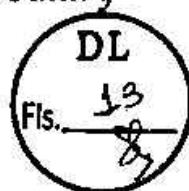
Mais de trinta e cinco mil crianças passaram, até hoje, pelos vários cursos e oficinas da *Mansão do Caminho*. A obra é basicamente mantida com a venda dos livros mediúnicos e das fitas gravadas nas palestras, seminários, entrevistas e mensagens por Divaldo.

Por todo exposto pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 183/2012



Projeto de Lei nº 183/2010

Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Divaldo Franco.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Dispõe a lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



II - ação destacada na área de
Manitopia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de
17/08/2009)

III - biografia com registro de postura
ética e respeitosa na defesa dos
postulados democráticos, das
instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de
17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na
área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de
17/08/2009)

V - publicações de abrangência
estadual em periódicos, jornais, revistas
ou outros meios de comunicação.
(Redação dada pela Lei 16213 de
17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da
propositura devem ser anexadas
certidões negativas e criminais, com a
finalidade de comprovar sua reputação
ilibada, conduta profissional e pessoal
irrepreensíveis do homenageado e
demais documentos para atendimento
ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe
exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia
Legislativa apresentar projetos de lei concedendo o título de cidadão
honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade
para propor o presente Projeto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Ps. 15
8


No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR